

NEGOCIAÇÕES OE2022

BLOCO PROPÕE MEDIDAS PARA

AUMENTAR SALÁRIOS

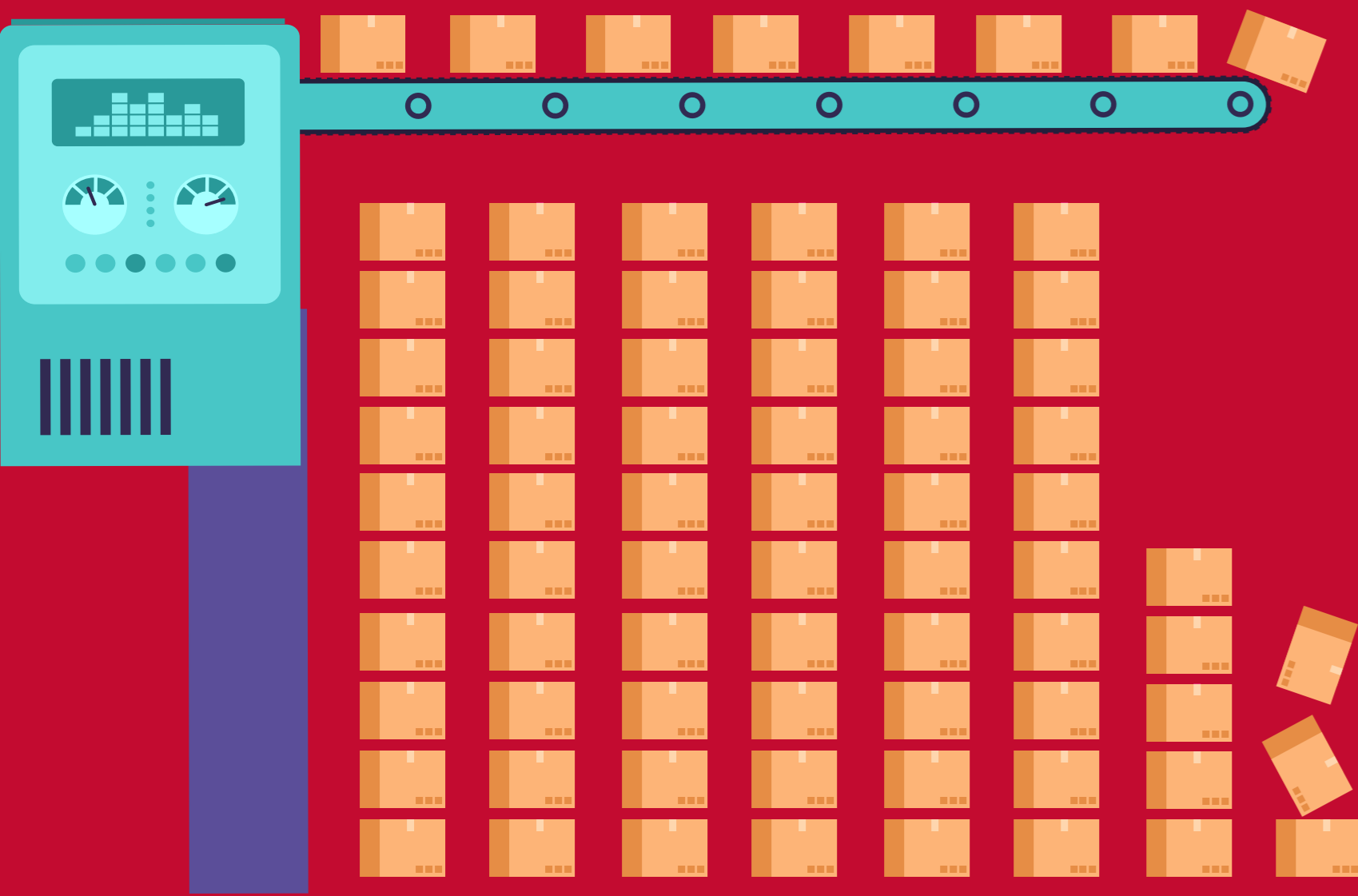
E COMBATER

A PRECARIEDADE

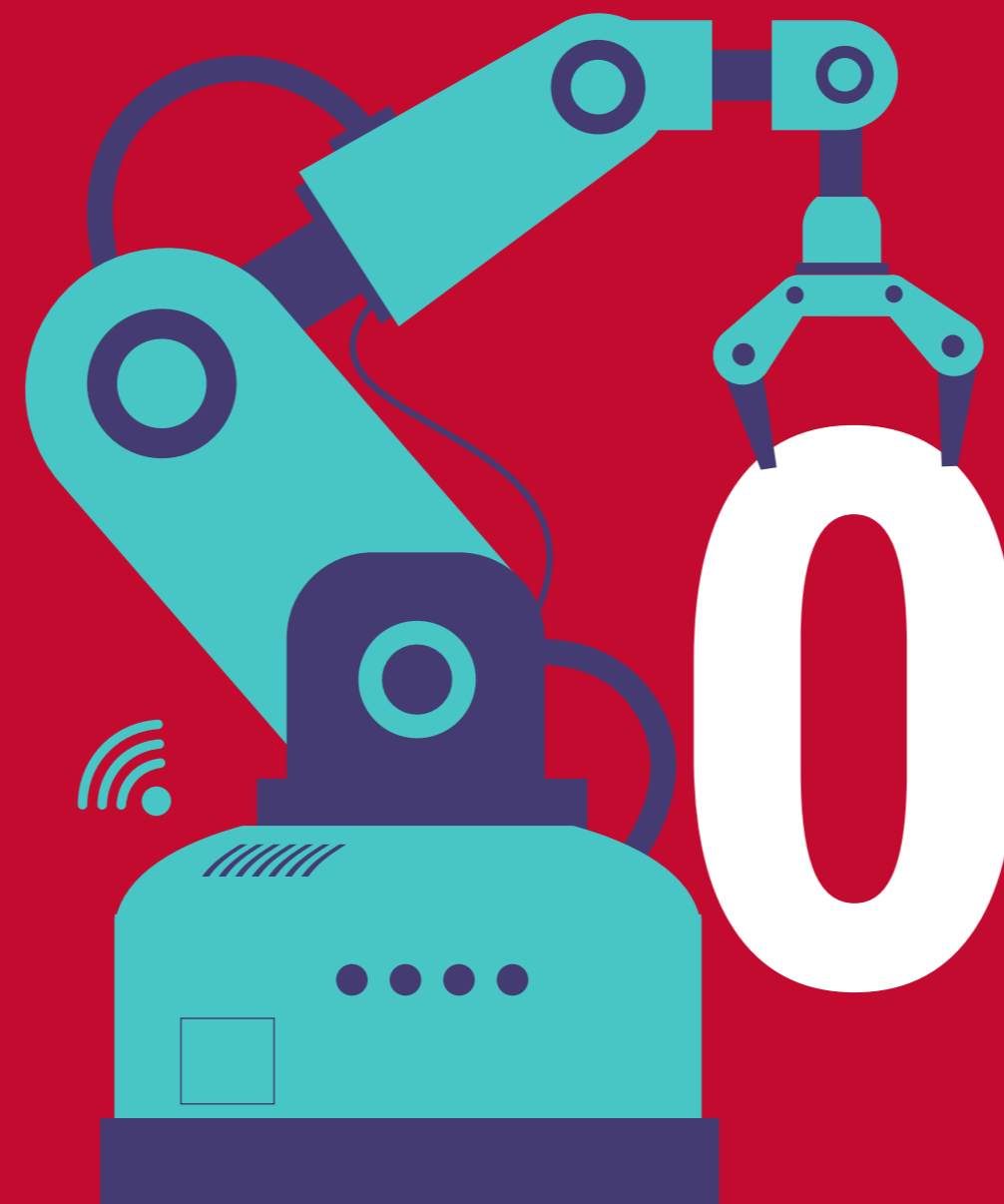


Quantas medidas
laborais entregou
o governo na
concertação social?

64



Quantas
combatem
a precariedade
ou aumentam
salários?



Porque falham as 64 propostas do governo?



O GOVERNO NÃO TOCA NAS LEIS LABORAIS DA TROIKA

Em nenhuma das 64 propostas o governo prevê:

- *Reverter as leis da troika que tornaram despedimentos fáceis e baratos;*
- *Recuperar compensações por despedimento e cessação de contrato a termo;*
- *Proteger os trabalhadores contra os despedimentos em empresas com lucros ou apoios públicos;*
- *Reconhecer o direito à contestação judicial de despedimento ilícito após recebimento de compensação;*
- *Alterar outras leis da troika: dias de férias e remuneração das horas extraordinárias.*



Governo: propostas 1-12

NÃO COMBATEM O TRABALHO TEMPORÁRIO

As propostas do governo mantêm a possibilidade de duração máxima de dois anos, não obrigam à vinculação na empresa utilizada e protegem quem ganha com o abuso porque não responsabilizam a cadeia de contratação. Além disso, não limitam as situações em que o trabalho temporário é admissível e promovem o falso outsourcing.



O BLOCO PROPÕE

- O recurso a trabalho temporário não pode durar mais de 6 meses (e devem ser limitados os fundamentos admissíveis)
- Se houver recurso abusivo a trabalho temporário, a vinculação deve ser sempre à empresa utilizadora (e não à ETT)
- Combater o falso outsourcing
- Responsabilizar a cadeia de contratação



Governo: propostas 13-14

NÃO COMBATEM O FALSO TRABALHO INDEPENDENTE

As propostas do governo permitem que as empresas continuem a ter incentivos legais e fiscais para pressionar trabalhadores a formar sociedades unipessoais e mantém-se o abuso da figura de sociedade unipessoal (medidas deixam de fora esta forma, que substituirá a de empresários em nome individual).



O BLOCO PROPÕE

- Incluir as sociedades unipessoais na ação especial de reconhecimento do contrato de trabalho.
- Limitar o recurso ao “trabalho independente” pelo Estado, entidades financiadas pelo Estado ou abrangidas por contratação pública.



Governo: propostas 15-17

MANTÊM O RECURSO INJUSTIFICADO A TRABALHO NÃO PERMANENTE

O governo não se compromete com a eliminação das exceções legais que permitem a sucessão de contratos a termo, nem com o reforço dos mecanismos da ACT.



O BLOCO PROPÕE

- Eliminar as exceções legais que permitem a sucessão de contratos a termo.
- Reforçar a Autoridade para as Condições do Trabalho.



Governo: propostas 18-23

AGRAVAM O ABUSO DO PERÍODO EXPERIMENTAL

- *À formulação do Tribunal Constitucional, é acrescentada uma curta expressão que reduz a salvaguarda que o próprio TC quis garantir.*
- *A decisão do TC não referia que os 90 dias valem para trabalho “na mesma atividade”.*
- *Além disso, existe uma perversão do conceito de “trabalhador à procura do primeiro emprego” (menos de dois anos seguidos ou quatro interpolados), já rejeitada pelo Parlamento.*



O BLOCO PROPÕE

Revogar imediatamente o alargamento do período experimental.



Governo: propostas 24-29

MANTÊM A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DOMÉSTICO

O governo não muda a lei discriminatória do serviço doméstico e não lhe aplica o Código do Trabalho, mantendo a exploração destas pessoas.



O BLOCO PROPÕE

O serviço doméstico tem de ter contrato de trabalho e deve ser regulado pelo Código do Trabalho.



Governo: propostas 30-31

LEGITIMAM NOVAS FORMAS DE PRECARIEDADE NA ECONOMIA DIGITAL

Governo recua face ao Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho. Por um lado, pretende manter a “Lei Uber” para os TVDE com a inútil figura dos intermediários (operador TVDE). Por outro, refere a “presunção da existência de contrato com a plataforma ou a empresa que nela opere”, reproduzindo a “Lei Uber”.



O BLOCO PROPÕE

Os trabalhadores das plataformas devem ter contrato com a própria plataforma e não com qualquer empresa intermediária



Governo: propostas 32-37

NÃO PROMOVEM A CONTRATAÇÃO COLETIVA

A proposta de alargar negociação coletiva aos trabalhadores em outsourcing (por analogia com regime aplicável aos trabalhadores temporários) está condicionada a conceitos indeterminados.



O BLOCO PROPÕE

- Repor o princípio do tratamento mais favorável;
- Acabar com a caducidade unilateral das convenções coletivas.



Governo: propostas 38-41

MANTÊM A PRECARIIDADE DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES E ESTAGIÁRIOS

As propostas do governo não impedem recurso a programas de estágio para postos de trabalho permanentes, mantêm a possibilidade de estágios sucessivos no mesmo posto de trabalho e não existe obrigação efetiva de metas de contratação por estágios apoiados.



O BLOCO PROPÕE

- Medidas de combate ao abuso dos estágios (sucessivos no mesmo posto, por exemplo).
- Obrigação de contratação efetiva de um estagiário por cada três bolsas financiadas.
- Garantia de que novos programas de estágios não servem para preencher necessidades permanentes



Governo: propostas 42-53

NENHUM AVANÇO NA CONCILIAÇÃO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E FAMILIAR

As propostas do governo não têm normas com força imperativa relativas à conciliação e acompanhamento de filhos menores, mantendo os entraves burocráticos. Além disso, não há nada sobre trabalho por turnos e os cuidadores informais continuam sem proteção efetiva.



O BLOCO PROPÕE

- Alargar as licenças e aumentar a duração da licença exclusiva do pai;
- Reduzir o horário nos três primeiros anos da vida do filho;
- Normas da adaptabilidade de horários e bancos de horas a trabalhadores com filhos menores imperativas e alargadas até aos 12 anos;
- Majoração de férias e antecipação de reforma para trabalho por turnos e trabalho noturno;
- Licença de 22 dias para descanso do cuidador, licença de acompanhamento em caso de hospitalização e de doença terminal (com compensação por perda de salário) e prolongamento do subsídio no caso de internamento.



Governo: propostas 54-64

NÃO HÁ FISCALIZAÇÃO SOBRE O ABUSO

O governo nunca entregou o estudo, aprovado no OE2020, sobre o trabalho por turnos e a laboração contínua. Além disso, não se conhecem medidas concretas para o reforço do regime de responsabilidade solidária e as entidades representativas dos trabalhadores continuam sem acesso a informação relevante.



O BLOCO PROPÕE

- Apertar as regras sobre a laboração contínua e criar um novo regime de proteção dos trabalhadores por turnos.
- Interconexão de dados da Autoridade Tributária com a ACT para inspeção do falso trabalho independente.
- Acesso das entidades representativas dos trabalhadores ao Relatório Único.



TRÊS PRIORIDADES

BLOCO NÃO ABDICA DE DISCUTIR

O TRABALHO E A PRECARIIDADE



1º OBJETIVO

**Aumentar os salários
num país de baixos
rendimentos**



2º OBJETIVO

**Permitir a conciliação
entre a vida familiar
e a vida profissional**



3º OBJETIVO

**Combater
a precariedade**



